

Álvaro de Vasconcelos

Na primavera de 1986 saía o primeiro número da revista *Estratégia*. Propôs-se o IEEI, como se escrevia no editorial, criar uma revista plural sobretudo por defender os valores da democracia e da sociedade aberta, mas plural também pela diversidade dos contributos que acolhe. Uma revista que, sendo feita em Portugal, afirmasse uma vocação europeia e internacional, quer pelos seus colaboradores, quer pelos temas abordados.

A situação internacional mudou radicalmente desde 1986. O mundo já não vive condicionado pelo terror nuclear e pelos constrangimentos da dissuasão que congelava a liberdade em muitas regiões. A União Soviética desintegrou-se, a democracia alastrou a quase toda a Europa e a quase toda a América Latina. Em África, no Médio Oriente e na Ásia, constatamos alguns progressos no domínio dos direitos do Homem e da paz. A União Europeia levou a bom termo a integração de Portugal e da Espanha, alargou-se a Norte, prepara-se para integrar as novas democracias da Europa Central e em Barcelona acordou um programa ambicioso com os seus parceiros mediterrâneos. No entanto todos estes progressos não fizeram desaparecer os conflitos – longe disso, infelizmente – nem tonaram menos imperiosa a defesa dos direitos fundamentais, o esforço para a superação da rivalidade e do antagonismo entre as nações, e a contestação das ideologias e doutrinas que os sustentam.

O nacionalismo identitário, a xenofobia, o racismo, alimentando-se da marginalidade social e política, voltaram a ser as grandes ameaças à democracia e à paz. Não se trata de estarmos atentos, só ou sobretudo, aos desafios que podem pôr em causa as relações pacíficas entre os Estados, mas muito particularmente ao crescimento dos factores de crise e intolerância no interior das sociedades. Trata-se de contribuir para uma sociedade internacional que escape aos presságios sobre a inevitabilidade dos choques civilizacionais ou da unipolaridade. Assumiremos uma atitude comprometida com o projecto de Europa aberta, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista cultural e religioso, de uma Europa que faça da sua enorme diversidade uma forma de estar no mundo. Uma Europa que se assuma como união política e se democratize.

Por todas estas razões, uma revista de política internacional como a *Estratégia* não pode ser feita apenas por especialistas de política externa: tem que ser multidisciplinar. Essa preocupação, que existiu desde o início, deve hoje ser reforçada. As nossas preocupações e intenções de há dez anos mantêm-se pertinentes. Queremos continuar, sem visões maniqueístas ou dogmáticas, a analisar as questões que marcam a política externa portuguesa e a política internacional. Continuaremos a dar uma atenção muito particular ao debate europeu e aos países de língua portuguesa.

O Portugal de 1999 não é evidentemente o de 1986. As doutrinas geopolíticas que marcavam o pensamento estratégico português de então perderam muita da sua influência nos sectores que determinam a política externa e de defesa. Ressurgem, no entanto, nas correntes anti-europeias e têm hoje um peso não negligenciável no debate político em Portugal e nos outros países da União Europeia.

Com este número duplo, 12 e 13, retomamos a publicação de *Estratégia* na sua forma «clássica». Em 1997 e 1998, ela foi publicada on-line. A razão de tal opção foi termos considerado que os meios que Internet põe à disposição de cada vez maior número de pessoas nos facilitavam atingir um público muito mais vasto, nacional como internacional, intervindo assim de forma mais eficaz no debate sobre a ordem internacional neste fim do século e sobre o futuro das sociedades democráticas. Ao mesmo tempo quisemos corresponder ao aumento significativo dos cursos de relações internacionais em Portugal, pondo a revista à disposição dos estudantes de uma forma rápida e facilmente acessível. Contamos também que tendo a revista on-line será mais fácil não só produzi-la, como obter a colaboração dos seus leitores. Como se pode constatar, fomos convencidos pelos que têm afirmado que a Internet é uma ferramenta indispensável para aumentar o grau de transparência da vida pública.

A esse esforço nos iremos continuar a dedicar. Mas a publicação on-line, se útil, é insuficiente. Muitos são os antigos leitores de *Estratégia* que por isso não tiveram até agora acesso aos números 12 e 13 da revista. A partir deste número, comprometemo-nos a editar, na forma «clássica», pelo menos anualmente, a parte mais significativa e menos desactualizada do que foi publicado on-line.

Este número duplo de *Estratégia* é introduzido por um artigo de Eduardo Lourenço sobre a diversidade europeia, a que se segue alguns artigos que apareceram na revista on-line sobre a necessidade de reformar o Tratado da União Europeia, quer dotando-a com uma política de defesa comum (Nicole Gnesotto), quer comunitarizando o terceiro pilar, o da segurança interna (José Luís da Cruz Vilaça, Luís Pais Antunes). Concluindo esta primeira parte, publicamos um texto que Francisco Lucas Pires nos deixou sobre os limites da reforma institucional levada a cabo em Amsterdão. Lucas Pires foi um europeísta e um ensaísta brilhante que ao longo dos anos deu um contributo significativo ao IEEI, de que muito nos orgulhamos.

A segunda parte é constituída pelo Relatório Estratégico de 1998, do IEEI. Neste relatório, tendo em consideração a reforma levada a cabo em Amsterdão discutem-se os principais desafios que se colocam à política externa e de

defesa portuguesa na Europa, em África, na Ásia e na América Latina. O Relatório Estratégico corresponde a uma necessidade sentida no IEEI de, uma vez por ano, de forma integrada e envolvendo a maioria dos investigadores, se reflectir sobre a política externa e de defesa portuguesa. Os vários programas de actividade do IEEI dão origem a publicações diversas mas faltava um momento de síntese e prospectiva – Relatório Estratégico pretende começar a colmatar essa lacuna. Não pretende este relatório ser um anuário de política internacional, mas sim ser um contributo para a internacionalização de Portugal, assumindo claramente a perspectiva de um país aberto ao mundo, com opinião e actuante.